



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

7646 - Trabalho Completo - XV Reunião Regional da ANPED Centro-Oeste (ANPED-CO) (2020)

ISSN: 2595-7945

GT 19 - Educação Matemática e Educação em Ciências

CINCO ANOS DE LEDOC NA UFG: VOZES E VIESES DOS PROFESSORES FORMADORES EM CIÊNCIAS DA NATUREZA

Wender Faleiro da Silva - UFG/CAMPUS DE CATALÃO - UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS

[Cinco anos de LEDOC na UFG: Vozes e vieses dos professores Formadores EM Ciências da Natureza](#)

CINCO ANOS DE LEDOC NA UFG: VOZES E VIESES DOS PROFESSORES FORMADORES EM CIÊNCIAS DA NATUREZA

A Educação do Campo configura-se como a educação dos camponeses. E, a partir do tensionamento dos Movimentos Sociais e Sindicais, em 2012, foram selecionadas quarenta e duas Instituições de Ensino Superior para implantarem o Curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC), ressaltamos que em 2008, quatro Universidades Federais (de Minas Gerais; da Bahia; de Sergipe e, de Brasília), foram convidadas para desenvolver uma experiência piloto. Em Goiás, atualmente, temos duas licenciaturas em Educação do campo, ambas com habilitação em Ciências da Natureza, uma na UFG, Regional Goiás (público desse estudo) e outra na UFCAT, ambos iniciaram suas primeiras turmas no primeiro semestre de 2014.

As LEdoCs visam a formação por área (a- Artes; b- Literatura e Linguagens; c- Ciências da Natureza e Matemática; d- Ciências Agrárias) de professores para atuação nos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio. A organização curricular e pedagógica prevê etapas presenciais em Regime de Alternância, que compreende em Tempo Universidade (TU) e Tempo Comunidade (TC), visando a articulação dos saberes científicos com os saberes populares, valorizando e fortalecendo uma educação libertadora e específica, tão ansiada pelos povos do campo. Logo, as LEdoCs, se diferenciam, ou tentam se diferenciar, do modelo engessado pelo sistema formativo de ensino superior vigente em nosso país. Dessa forma

temos uma licenciatura recente, sem diretrizes curriculares específicas, com especificidades e demandas diferentes, tanto para a Instituição de Ensino Superior (IES) quanto para os professores formadores. Surge então um questionamento: Quais experiências, desafios e perspectivas as LEdoCs com habilitação em Ciências da Natureza no estado de Goiás acumularam?

Assim, a presente pesquisa objetiva conhecer as concepções pedagógicas, históricas, filosóficas e políticas bem como as experiências e olhares vivenciados pelos professores formadores da UFG, Regional Goiás. Para alcançar esse objetivo, temos como recorte temporal 2014-2019, e todos os professores da UFG, Regional Goiás, que atuavam no curso (13 no total) foram convidados a participar, desses, sete (53,84%) aceitaram, assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, e responderam ao questionário *online* elaborado na Plataforma *Google forms*. Todas as informações obtidas são sigilosas e estão guardadas, em local seguro, sob a responsabilidade do pesquisador com a garantia de manutenção do sigilo e confidencialidade por cinco anos. A Coleta de dados ocorreu de 15 setembro a 15 de novembro de 2019. Os professores não foram identificados e nem nomeados com pseudônimos na análise de dados para dificultar possíveis correlações das respostas com a identificação da pessoa.

Dos sete respondentes 43% (n=3), são Pedagogos seguidos de um de cada área de formação inicial: Educação Especial; Serviço Social; Matemática, e Ciências Biológicas - apenas esse da área da habilitação de formação do curso. Cinco (71,43%) são Doutores, dois (28,57%) mestres (um deles em doutoramento). Cinco (57,15%) docentes estão no curso há mais de cinco anos, dois (28,57%) com menos tempo, um há menos de dois anos e outro menos de três anos, e outra (14,28%), substituta, com oito meses.

Poucos socializaram sobre a trajetória enquanto como Coordenador e/ou Docente do curso de Licenciatura em Educação do Campo, se restringindo ao citar períodos e disciplinas ministradas. Destacamos apenas duas respondentes (sendo que uma delas é substituta e, outra, em processo de doutoramento) que investiram na mudança de suas atividades para se dedicarem à questões da Educação do campo. As respostas deixaram claro que os respondentes terem visto a Educação do Campo como uma grande oportunidade de ingresso na Carreira docente, e nesses cinco anos de implantação (2014-2019) do curso na UFG - regional Goiás pouco se debruçaram no investimento em atividades de Pesquisa e Extensão exclusivas da Educação do Campo, continuando a realizar atividades que já vinham realizando anteriormente. Esses dados demonstram serem perigosos para o fortalecimento da Educação do Campo na IES, ainda mais se observarmos a habilitação que é Ciências da Natureza, e nenhum respondente comentou a habilitação em suas respostas.

Quando comparamos esses dados com o estudo realizado por Faleiro & Nunes (2016) que mostram que os docentes dessa IES não possuíam formação específica para atuarem na LEdoC, mas que os mesmos estavam investindo na área, contudo, por esses dados, vemos que os mesmos abandonaram o investimento na Educação do Campo. Reitero a necessidade formativa para os professores formadores da Educação do Campo a fim de criarem e fortalecerem a identidade dos docentes com as especificidades formativas da Educação do Campo.

Ao serem pedidos para nos narrar sobre o processo de institucionalização do curso de Educação do Campo, das primeiras discussões nos três primeiros anos, e agora, no tempo presente. Tivemos respostas de três professores que apresentaram “isenção” ao relatar não saber do processo – nem passado, nem presente e nem futuro. Outros três professores se

prenderam a mudanças de infraestrutura, orçamentárias e reformulações do Projeto Político Pedagógico de Curso. Apenas um iniciou a reflexão sobre as fragilidades e potencialidades do curso e imergiu em “feridas profundas” de questões políticas, sociais e culturais. Quanta à habilitação em Ciências da Natureza nenhum se quer citou-a.

Quando indagados sobre os quais os principais avanços, dificuldades e desafios para o curso em sua IES até o momento? Apenas dois docentes (28,54%) relataram brevemente avanços, um “laboratórios” e outro “*Vejo como avanço uma melhor articulação do tempo comunidade*”. Ademais esses dois docentes e os demais se prenderam a demonstrar desafios e dificuldades, assim classificados:

a) Permanência dos alunos – Quatro docentes (57,14%) citaram como desafio a permanência dos estudantes na Universidade devido a falta de recursos financeiros destinados especificamente aos alunos, que havia nos três primeiros anos do curso, e a falta de bolsas e/ou outras formas de fomento para os alunos haja vista a maior parte deles serem de camadas populares com poucos recursos financeiros.

b) Falta de Recursos e Infraestrutura – também apresentado por quatro docentes (57,14%) onde demonstram insatisfeitos com o financiamento destinado às Universidades Federais e também específicas ao curso, que a infraestrutura do Prédio alugado pela IES para o funcionamento do curso deixa a desejar e que o serviço de transporte prejudica os Tempos Comunidades e os estágios.

d) Alternância – três docentes (42,86%) veem a Alternância como um desafio, seja pela falta de infraestrutura como mencionado acima, pela falta de transporte, como pela falta de formação e conhecimento dos docentes sobre o real significado da Alternância.

e) Articulação com os Movimentos Sociais – três docentes (42,86%) veem a inexistência de articulação desse princípio da Educação do Campo no curso.

f) Formação por área do Conhecimento – dois docentes (28,57%) veem o a falta de formação dos professores para atuarem em um curso que forma por área do conhecimento e com suas especificidades.

g) Definição Político Pedagógica Coletiva – um docente (14,28%) vê com preocupação a falta da construção coletiva dos rumos políticos e pedagógicos do curso, propiciando evasão dos alunos e o enfraquecimento do curso.

O mais surpreendente que os docentes indicaram e reconhecem os desafios para a construção e solidez da licenciatura na IES, citam importantes princípios conforme Farias e Faleiro (2019) como a Interdisciplinaridade, diálogo com os movimentos sociais, formação por área, ou seja, os docentes sabem e reconhecem possibilidades de caminhos importantes para seguirem, fica-nos a pergunta porque não investem nesses desafios? Haja vista ao serem perguntados sobre como acontece a interdisciplinaridade no curso, tivemos respostas gerais que disseram ocorrer de forma esporádica e/ ou pontuais; e percebe-se a concepção de juntar algumas disciplinas. Ao relatarmos a relação do curso com os Movimentos Sociais, respostas unânimes sobre a distancia que há entre a Universidade e os Movimentos.

Conforme a indicação dos docentes sobre a compreensão da Pedagogia Alternância, buscamos compreender como os docentes compreendem essa abordagem, e foi constatado que seis (85,71%) tem concepções que fogem o pensar a Alternância como sendo apenas utilizar de tempos e espaços diferentes. Dois docentes (28,57%) apresentaram que a falta de

recursos, principalmente disponibilidade de transporte dificulta o desenvolvimento do Tempo Comunidade. E um reafirma a fragilidade da Alternância:

Observo muitas fragilidades na forma com que a alternância é trabalhada no curso. Primeiro, porque ela é trabalhada no formato de disciplina e não numa lógica da estruturação curricular... Além disso, fica atribuída a responsabilidade de acompanhar os grupos apenas a alguns docentes - e isso faz com que não haja um envolvimento, de fato, de todo corpo docente e sim dos/as que estão na condição de orientador/a. A segunda questão, é o tempo da alternância. Da forma que está estruturado, o tempo comunidade tem apenas 30 dias para acontecer. É um tempo extremamente reduzido, que impossibilita o desenvolvimento de mais atividades, de aproximação maior com a comunidade. Dentro disso, também vivenciamos uma dificuldade hercúlea com transporte da universidade, pois os que temos não podem andar em estrada de terra e isso inviabiliza que sejam desenvolvidas atividades em muitas comunidades - nesse entorno, a prefeitura tem nos apoiado. Outra questão, é o fato de muitos/as educandos/as não serem do campo ou possuírem alguma vinculação mais orgânica e durante o tempo comunidade não saberem muito como construir essa aproximação. E, por fim, vivenciamos muitas evasões após o retorno do tempo comunidade - que nos convoca a reflexão sobre os motivos que levam a isso. Entendo que a própria lógica com a qual a alternância está estruturada pode agravar isso, pois pra muitos/as (docentes e discentes) esse momento se torna quase que "férias" e isso pode enfraquecer e/ou desmotivar que muitos/as retornem ao curso.

Vemos na reposta desse docente que a mesmo está pensando em vários pontos necessários para Alternância, bem diferente dos demais que ao falarem em Alternância só pensaram no Tempo Comunidade e em nenhum momento colocaram o Tempo Universidade como parte pertencente e importante da Alternância. A fala desse docente mostra, infelizmente, a realidade negligenciada e velada de muitas realidades vividas pela Educação do Campo em nosso país, realidade que fragiliza os princípios da Educação do Campo bem como seu fortalecimento.

Assim, fechamos este estudo vislumbrando poucas esperanças de sucesso e fortalecimento do mesmo nessa IES, haja vista que os professores nesses cinco anos pouco fizeram para a criação de identidades e fortalecimento do curso seja na comunidade acadêmica quer seja na comunidade civil.

Palavras-Chave: Licenciatura. Educação do Campo. Implantação. Formação de Professores. Ciências da Natureza.

REFERÊNCIAS

FALEIRO, Wender; FARIAS, Magno Nunes. Formadores de professores em Educação do Campo em Goiás. **Rev. Bras. Educ. Camp.**, Tocantinópolis, v. 1, n. 1, p. 88106, 2016.

FARIAS, Magno Nunes; FALEIRO, Wender. **Princípios de movimento de educação do campo:** análise dos projetos político-pedagógicos das LEDCs do Centro Oeste Brasileiro. Uberlândia: Navegando Publicações, 2019.